



Senadores aprovam texto que reduz número de ministérios

Projeto diminui de 39 para 31 o total de pastas no governo e redistribui funções entre elas. Resultante de medida provisória, proposta vai a sanção

Beito Barreto/Agência Senado



O objetivo do projeto, segundo o governo, é reduzir o tamanho da máquina pública e cortar gastos. Para o relator, senador Donizeti Nogueira, a proposta também busca um funcionamento mais ágil e adequado da administração. Entre as mudanças, estão as fusões do Ministério do Trabalho e Emprego com o da Previdência Social e da pasta da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com a da Pesca e Aquicultura. As Secretarias de Direitos Humanos, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres também passaram a compor um único órgão. A oposição votou pela aprovação da medida, mas cobrou o corte de 3 mil cargos no governo. **3**

Relator da proposta aprovada pelo Plenário na sessão de ontem, o senador Donizeti Nogueira (D) acolheu oito emendas ao texto

Após reunião com Lula, Renan buscará FHC e Sarney **8**

Licença-paternidade de 20 dias entra em vigor **2**

Proposta que agiliza registro de remédio recebe apoios **7**

Avança medida sobre FGTS no Minha Casa, Minha Vida **5**

Agricultores querem acesso facilitado a prazo para dívidas **7**

Beito Barreto/Agência Senado



Segue para Plenário projeto que legaliza jogo do bicho e cassinos

Texto aprovado ontem pela Comissão da Agenda Brasil também legaliza bingos e proíbe que os jogos de azar sejam explorados por quem exerce mandato eletivo. Objetivo da proposta é aumentar a arrecadação por meio dos tributos que serão criados. **5**

Autor do substitutivo aprovado ontem, Blairo Maggi conversa com José Pimentel (D) na Comissão da Agenda Brasil

Aumento de taxa de juro de fundos pode ser suspenso

O Plenário aprovou ontem projeto de decreto legislativo para sustar resolução do Conselho Monetário Nacional que eleva as taxas de juros de financiamentos feitos com recursos dos fundos constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A proposta será analisada agora pela Câmara dos Deputados. **3**

Relator diz que há indícios para cassação do mandato de Delcídio

O relator do caso Delcídio do Amaral no Conselho de Ética, Talmário Mota, apresentou seu relatório, em que pede que

o processo avance. O texto será votado na quarta-feira. Se for aprovado no conselho, irá para o Plenário. **8**

Beito Barreto/Agência Senado



Talmário Mota, João Alberto Souza e Paulo Rocha na apresentação do relatório



Audiência presidida por Romário (2º à dir.) discutiu financiamento do sistema

Debatedores pedem atenção às verbas para educação integral

Especialistas discutiram ontem, na Comissão de Educação, projeto que acelera a adoção da educação de tempo integral. Pela proposta, o sistema deve ser oferecido a todos os alunos do ensino fundamental até 2024. A meta do governo era, nesse prazo, atender 50%. Os debatedores divergiram sobre o ritmo de expansão, mas advertiram que a crise pode reduzir recursos e dificultar o alcance da meta. **4**

Presidente da CBF vai ter que depor em CPI

A Justiça do Pará obrigou Antônio Carlos Nunes a comparecer, na quarta-feira, à comissão parlamentar de inquérito que investiga irregularidades na gestão do futebol nacional. Dirigente já tinha sido convidado duas vezes e deve ser conduzido ao colegiado pela Polícia Federal. **2**

Presidente da CBF será obrigado a depor em CPI

Após convites e convocações, Antônio Carlos Nunes irá à comissão na quarta-feira, levado pela Polícia Federal. Presidente do colegiado, Romário disse que o dirigente se acha "acima da lei"

O PRESIDENTE DA Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Antônio Carlos Nunes, terá que depor na CPI do Futebol na quarta-feira. A Justiça Federal do Pará determinou a condução coercitiva de Nunes, atendendo requerimento do presidente da comissão parlamentar de inquérito, Romário (PSB-RJ).

Nunes não compareceu à reunião do dia 2, alegando compromissos com a Seleção Brasileira.

A Justiça do Pará determinou que a Polícia Federal será a responsável por conduzir o dirigente à CPI do Futebol, que investiga denúncias de irregularidades relacionadas ao esporte.

Em comunicado, a CBF informou que ele compa-



Presidente da CBF, Antônio Nunes deve ser conduzido à CPI pela Polícia Federal

recerá voluntariamente à reunião. Romário afirmou que esgotou todos os convites para que o presidente da CBF se apresentasse espontaneamente à CPI.

— Nós convidamos duas vezes e convocamos outras vezes. Ele se acha acima de

qualquer situação, especialmente acima da lei. Eu sempre falei e vou repetir: esta é uma CPI séria e é para ser encarada como tal. Se ele entende que só viria assim, se ele entendia que a CPI não teria coragem e ele não viria, agora tem que vir dessa forma — disse o senador.

Comissão de MP sobre Aedes marca quatro audiências

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 712/2016 definiu ontem seu plano de trabalho. A MP adota medidas de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, da chicungunha e da zika. O relator da MP, deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG), propôs a realização de quatro audiências públicas.

A primeira será na terça-feira. A segunda, no dia 22. Para elas, serão convidados representantes dos governos federal, estaduais e municipais, do Ministério Público e de entidades que representam os agentes de endemias.

As seguintes audiências

serão nos dias 30 de março e 6 de abril e tratarão, respectivamente, do viés científico e tecnológico e da rede de proteção social e de saúde no atendimento a famílias com casos de microcefalia.

A audiência com viés científico vai tratar da vacina contra o vírus zika e da tecnologia existente para combate ao mosquito. A audiência sobre rede de proteção social vai abordar a situação dos centros de referência e dos serviços que vão acolher crianças com microcefalia.

A MP 712/2016 estabelece que, em caso de iminente perigo à saúde pública, a autoridade máxima do Sis-

tema Único de Saúde (SUS) de âmbito federal, estadual, distrital e municipal fica autorizada a executar as medidas necessárias ao controle das doenças.

Entre as iniciativas, estão visitas a imóveis para eliminação de criadouros e campanhas educativas.

Também fica autorizada a entrada forçada nesses imóveis, no caso de abandono ou ausência. Nessas situações, o agente público competente emitirá um relatório circunstanciado no local em que for verificada a impossibilidade de entrada e, se necessário, poderá requerer auxílio à autoridade policial.

Hospitais gaúchos estão fechando, lamenta Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) lamentou ontem o fechamento de hospitais filantrópicos em diversos municípios do Rio Grande do Sul.

A senadora explicou que os hospitais fecharam porque o governo do estado não repassa os recursos encaminhados pela União, o SUS não reajusta as tabelas e as prefeituras não pagam as internações de sua responsabilidade.

— A dívida soma, no Rio Grande do Sul, R\$ 1,4 bilhão. No meu estado, mais de 4 mil funcionários foram demitidos no ano passado.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Raupp quer regras para explorar área dos cintas-largas

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu que o governo envie ao Congresso um projeto para regularizar especificamente a exploração de minérios nas terras ocupadas pelos índios cintas-largas, no oeste de Mato Grosso e no leste de Rondônia.

— A exploração seria realizada preferencialmente pelos próprios índios e a participação de terceiros estaria submetida a processo licitatório. Os valores líquidos obtidos pela venda seriam depositados em conta específica, em nome de todo o povo cinta-larga.



Genarildo Magela/Agência Senado

Hélio José espera homens engajados na causa feminina

Hélio José (PMB-DF) destacou a importância do Dia Internacional da Mulher e da entrega do Diploma Bertha Lutz. O senador lembrou que, na edição deste ano, a premiação do Senado reforça a importância do engajamento masculino ao passar a contemplar os homens que se destacam na defesa da mulher.

Hélio José, que chamou o machismo de "câncer social", espera que a mudança na mentalidade dos homens contribua para reduzir as agressões às mulheres.

— É condição sine qua non para a eliminação dessa de violência contra as mulheres e as pessoas mais frágeis.

Dilma sanciona lei que eleva licença-paternidade para 20 dias

A presidente Dilma Rousseff sancionou na terça-feira a Lei 13.257/2016, que estabelece o Marco Legal para a Primeira Infância. Publicada no *Diário Oficial da União* de ontem, a norma prevê um conjunto de ações para o início da vida, até 6 anos de idade. Com a sanção, a lei entra em vigor.

Uma das inovações é a ampliação da licença-paternidade de 5 para 20 dias para trabalhadores de empresas inscritas no Programa Empresa-Cidadã. A norma, originária de um projeto aprovado pelo Senado em 3 de fevereiro (PLC 14/2015), estabelece como questões prioritárias a serem cuidadas na primeira infância: saúde, alimentação, educação, convivência familiar e comunitária, assistência social, cultura, lazer, espaço e meio ambiente.

Pela lei, as políticas públicas voltadas para atender os direitos da criança na primeira

infância devem levar em conta o interesse da criança, incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças, valorizar a diversidade entre as crianças e reduzir as desigualdades no acesso aos bens e serviços.

A Lei 13.257/2016 determina que as gestantes e as famílias com crianças na primeira infância deverão receber orientação sobre maternidade e paternidade responsáveis, aleitamento materno, alimentação complementar saudável, crescimento e desenvolvimento infantil integral, prevenção de acidentes e educação sem uso de castigos físicos. A ideia é que haja a formação e a consolidação dos vínculos afetivos e o estímulo ao desenvolvimento integral na primeira infância.

Servidores querem mais debate sobre gestão privada de prisões

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem representantes da Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários (Fenaspen), que pediram apoio para a ampliação do debate sobre um projeto que trata do uso de parcerias público-privadas na construção e na administração de presídios (PLS 513/2011).

A proposta, da autoria de Vicentinho Alves (PR-TO), está na Comissão de Desenvolvimento Nacional, onde é relatada por Antonio Anastasia (PSDB-MG).

— Solicitamos ao presidente do Senado que o PLS passe pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais — disse o presidente da Fenaspen, Fernando Ferreira.

Ex-ministro da Justiça, Renan disse ser sensível à causa.

— Recentemente vi uma pesquisa que dizia que em 1986 tínhamos 70 mil presos e que hoje a população carcerária passa dos 700 mil. Precisamos melhorar as condições da prestação desse serviço.

(Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CRA Alimentos desperdiçados**
8h A comissão realiza audiência pública interativa para instruir três projetos de lei do Senado voltados ao combate ao desperdício de alimentos.
- CRE Economia chinesa**
10h A comissão analisa o PDS 8/2016, que dispõe sobre a adesão do Brasil ao Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral. Após, promove audiência interativa para avaliar impactos da economia chinesa sobre os países emergentes.

- PLENÁRIO Dia Mundial do Rim**
11h Sessão especial destinada a comemorar o Dia Mundial do Rim. Às 14h, sessão deliberativa.
- CDH Terceirização**
14h A comissão promove audiência pública na Assembleia Legislativa do Tocantins para debater terceirização.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
16h O presidente do Senado, Renan Calheiros, preside a ordem do dia da sessão plenária.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, **audiência pública da Comissão Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovada redução no número de ministérios

Projeto decorrente de medida provisória diminuiu de 39 para 31 o número de pastas. Segundo o governo, objetivo da medida é reduzir a máquina para cortar gastos

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto de lei de conversão (PLV) que reduz de 39 para 31 o número de ministérios e secretarias da Presidência da República. O texto, que também redistribuiu algumas competências entre os órgãos, vai agora para sanção presidencial.

A proposta (PLV 25/2015) é decorrente da Medida Provisória (MP) 696/2015, editada pelo governo em outubro do ano passado. Tem como objetivo diminuir a máquina pública federal para cortar gastos.

A MP trata das fusões entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o da Previdência Social e entre a pasta da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a da Pesca e Aquicultura.

Também estabelece que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão assume as funções da Secretaria de Assuntos Estratégicos, que deixou de existir.

A Secretaria-Geral da Presidência foi renomeada para Secretaria de Governo e o Gabinete de Segurança Institucional retomou o nome de Casa Militar da Presidência, que tinha até 1999.

As Secretarias de Direitos Humanos, Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Políticas para as Mulheres passaram a compor um único órgão. A senadora Vanessa

Graziotin (PCdoB-AM) expressou preocupação pela retirada da expressão “perspectiva de gênero” de um dos itens da relação de competências do novo ministério.

— O que nós não queremos é que sejam atribuídas à mulher, ainda hoje, tarefas como se fossem eminentemente femininas — disse, dando como exemplo a responsabilidade de cuidar da casa.

O relator da proposta, senador Donizeti Nogueira (PT-TO), acolheu 8 das 60 emendas apresentadas. Ele incluiu a palavra “Juventude” no nome do Ministério das Mulheres, da

Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

O senador optou por incorporar a Secretaria da Micro e Pequena Empresa ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. No texto original, ela seria integrada à Secretaria de Governo da Presidência.

Ainda por sugestão do relator, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) sairá da Secretaria de Governo e será vinculada à Casa Civil. Segundo ele, além de reduzir gastos, as alterações na estrutura do governo buscam um funcionamento mais ágil e adequado.

— Parabenizo [a presidente Dilma] pela coragem de tomar essas medidas — disse.

Críticas

A proposta do governo foi considerada um remendo pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

— Esta reforma administrativa se transformou numa miragem, um truque — afirmou.

Para o senador Reguffe (sem partido-DF), a redução da máquina pública ainda não é a esperada. E Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) chamou a medida de “ilusão burocrática”. Ele disse que, cinco meses após

o anúncio da reforma, o governo cortou apenas 562 cargos.

Apesar das críticas, os senadores da oposição declararam que votariam a favor da medida em um gesto de complacência. Segundo o líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), a colaboração é também para permitir cobrar posteriormente o compromisso do Executivo de cortar 10 ministérios e reduzir 3 mil cargos.

Também foi motivo de divergência a aprovação de um requerimento dos líderes do governo no Congresso e no Senado — José Pimentel (PT-CE) e Humberto Costa (PT-PB) — pela impugnação de três artigos considerados estranhos ao texto da MP.

Pimentel e Humberto rejeitaram parte do texto que trata da incorporação das atribuições sobre a Previdência Social pelo Ministério do Trabalho. Foram impugnados os artigos que asseguravam ao cargo de auditor-fiscal do Trabalho e de Regimes Previdenciários de Servidores Públicos competência para fiscalizar o funcionamento de regimes previdenciários integrados por servidores públicos.

Para Caiado, cabia ao relator decidir se os artigos eram temas estranhos ao texto. Ele criticou a postura do governo pela supressão de parte da proposta em Plenário.



Senadores analisam o texto do projeto com o relator, Donizeti Nogueira (D), que acolheu 8 de 60 emendas apresentadas

Plenário susta aumento de juros de fundos constitucionais

Passou ontem no Plenário um projeto de decreto legislativo que susta a elevação das taxas de juros de empréstimos com recursos dos fundos constitucionais de financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O PDS 5/2016 susta a resolução 4.452/2015 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Editada em dezembro, a resolução, que define encargos financeiros das operações com recursos dos fundos para 2016, aumentou as taxas de juros dos financiamentos.

De iniciativa dos senadores Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), o projeto já havia sido aprovado pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Agora vai para a análise da Câmara dos Deputados.

A resolução elevou de forma significativa os encargos financeiros das operações feitas com recursos dos fundos constitucionais não enquadradas como rurais. Assim, nas operações com a fina-

lidade de investimento, as taxas passaram de 8,24% para 14,12% ao ano, para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 90 milhões. Em outros casos, a taxa anual subiu de 11,18% para 15,29%. No caso de financiamento de projetos de ciência e tecnologia, as taxas passaram de 8,24% para 11,80%.

Para Ferraço, a medida do CMN é “para lá de equivocada”. Sustar a resolução é importante para o desenvolvimento regional, pois os fundos financiam a taxas mais baixas e podem ajudar nos investimentos das regiões mais pobres, afirmou.

Relator do texto na CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE) disse que o aumento poderia superar 80%, considerando-se a taxa de juros real praticada nessas operações.

— Num momento de dificuldade, veio um ato dessa natureza. Foi uma irresponsabilidade do conselho. Mas o dia está ganho para o Brasil, especialmente para as regiões mais pobres — comemorou.

Novos diplomatas na Estônia e República Dominicana

O Plenário do Senado aprovou ontem as indicações de Clemente Baena Soares e Roberto Colin para os cargos de embaixador do Brasil na República Dominicana e na Estônia, respectivamente. Ambos haviam sido sabatinados pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) no início do mês.

O futuro embaixador na República Dominicana teve sua indicação aprovada por 53 votos a 1. Soares foi diretor de departamentos no Ministério de Relações Exteriores, primeiro-secretário na missão

brasileira na Organização dos Estados Americanos e ministro-conselheiro no Suriname.

Na sabatina, ele destacou que o Brasil já se tornou o maior credor da República Dominicana e defendeu a aproximação do Brasil com países caribenhos.

Colin, que vai para a Estônia, teve seu nome aprovado por 56 votos a 1. Ele já foi conselheiro nas embaixadas do Brasil na Rússia e na Alemanha e foi embaixador na Coreia do Norte.

Na sabatina, Colin classificou a Estônia como exemplo

de protagonismo no cenário internacional conquistado com inovação e desenvolvimento tecnológico. A Estônia é sede do Centro de Defesa Cibernética da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), segundo ele, em consequência de seus investimentos na tecnologia da informação.

— Delegações brasileiras estiveram na Estônia para conhecer experiências como o governo digital. Tendo em vista o potencial, é urgente a assinatura de acordo de cooperação científica e tecnológica.

Senado pedirá a TCU que apure se Lula retirou bens do Planalto e do Alvorada

Foram aprovados pelo Plenário requerimentos de Ronaldo Caiado (DEM-GO) para que o Tribunal de Contas da União (TCU) faça uma auditoria em eventuais transferências de recursos federais à Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop) e no patrimônio do Palácio do Planalto e do Palácio da Alvorada.

Ao justificar o requerimento de auditoria relacionado à

Bancoop, Caiado afirma que a cooperativa estaria envolvida num esquema de caixa dois de campanhas do PT.

O segundo requerimento se relaciona à suposta retirada de bens dos palácios presidenciais por Lula, ao fim do seu segundo mandato, em 2010. A Polícia Federal catalogou bens que seriam do ex-presidente, transferidos para um depósito em São Paulo.

Projeto que muda cargos do TJ-DF ganha urgência

O Plenário do Senado decidiu ontem dar urgência ao PLC 1/2016, que trata da transformação de cargos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF). Nos últimos quatro anos, o tribunal criou quatro novas circunscrições judiciais e 29 varas.

Especialistas alertaram para a necessidade de discutir fontes de financiamento para alcançar metas de expansão da educação integral, que recebe repasses do pré-sal

Crise impacta escola integral, aponta debate

A CRISE ECONÔMICA e os reflexos sobre as receitas do pré-sal, que em parte são reservadas à educação, geram incertezas sobre a evolução da política de escola em tempo integral no país. O problema foi apontado em debate ontem feito pela Comissão de Educação (CE) para avaliar projeto que acelera o ritmo de implantação do sistema em relação ao que foi definido no atual Plano Nacional de Educação (PNE).

A proposta (PLS 255/2014) fixa carga horária mínima de 1,4 mil horas letivas anuais no ensino fundamental, com previsão de implantação gradativa a partir de 2016, em contraposição ao mínimo atual de 800 horas. Pelo texto, a cada ano letivo todos os estudantes de determinado ano de escolaridade devem passar a ser atendidos em jornada integral, até que em 2024 todo o ensino fundamental esteja enquadrado.

Expansão

Segundo a Meta 6 do PNE, até 2024 o tempo integral deve estar adotado em 50% das escolas de ensino fundamental, alcançando pelo menos 25% dos alunos matriculados. Hoje 42% das escolas oferecem ensino integral, na maioria, a somente parte dos alunos, atingindo 15,7% do conjunto de matrículas.

Autor do projeto, o reitor da Universidade Cesumar e suplente de senador Wilson Matos — que apresentou o texto quando atuou como senador em 2014 — disse que a proposta acresce três horas de aulas diárias ao ensino fundamental e reserva 50% do tempo extra para atividades



Debatedores e Romário (C), presidente da comissão, ouvem explicações do secretário de Educação de Palmas sobre o sistema

de ensino de matemática, português e ciências. Segundo ele, as atuais quatro horas são insuficientes para garantir a aprendizagem.

— Conheço o sistema escolar de 35 países e não vi nenhuma nação que tenha se desenvolvido com escola de tempo parcial — argumentou.

Matos também considerou “pouca coisa” o proposto no PNE em termos de expansão do ensino de tempo integral.

Paulo Dutra, que representou o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), foi menos otimista. Pelo Censo Escolar, disse, em 2014 havia 4,37 milhões de matrículas no ensino fundamental em tempo integral, o que corresponde a 15,3% do total. Segundo ele, para atingir a meta do PNE, será necessário garantir nos dez anos de validade do plano, até 2024, mais 24,09 milhões de matrículas. Ou seja, mais 2,4 milhões de matrículas por ano.

— Esse número não é compatível com o histórico recente de expansão do atendimento em tempo integral — disse, apontando recuos nos últimos dois anos.

Ele afirmou também que a aprovação do projeto exigiria uma média anual de 1,9 milhão de matrículas adicionais além do que se calcula pelo PNE, com expansão de 556 mil novas salas de aulas em dez anos e mais 470 mil funções docentes (79% acima do registrado em 2014).

Financiamento

Dutra advertiu, porém, que as fontes de recursos previstas (participações especiais e Fundo Social do pré-sal) não devem conseguir garantir os investimentos que precisariam ser feitos. No caso do pré-sal, citou as disputas judiciais de estados em torno dos recursos.

Para Wilson Matos, os recursos são uma questão de prioridade. Ele questionou, por exemplo, o uso que o BNDES dá à verba recebida da Cofins, uma contribuição federal.

Iolanda Barbosa Silva, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, disse que não há como debater educação integral sem recursos.

Assim como ela, a superintendente do Movimento Todos pela Educação, Alejandra

Meraz Velasco, apelou por agilidade na regulamentação do CAQi, o cálculo do custo/aluno que servirá de base para ampliar as verbas federais para a manutenção do ensino nos estados e municípios.

Relator do projeto, o senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que adiantou que votará pela aprovação do texto, disse que agora é o momento de discutir onde buscar verba para custear a política de tempo integral.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) destacou o mérito do projeto, mas ressaltou que a sugestão de mudanças na meta de expansão requer avaliação cuidadosa. Apesar de avanços, disse que existe um passivo histórico que precisa ser superado, o que exige repensar o financiamento, tema de subcomissão da CE.

Desafios

Daniilo de Melo Souza, secretário de Educação de Palmas, um dos municípios pioneiros na adoção do tempo integral no ensino fundamental, disse que o sistema montado desde 2005 tem dado resultados positivos, o que se verifica pelas notas obtidas por Palmas em

avaliação nacional. Souza afirmou que o modo de financiar a expansão do sistema exige rediscutir os custos em educação, com políticas “mais responsáveis”.

— Investimento é importante, mas é preciso que retorne para a população — defendeu.

Integrante da Secretaria Executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Lirani Franco afirmou que não basta ao aluno aprender bem apenas português, matemática e ciências. Segundo ela, o estudante precisa ter na escola um espaço de convivência e de formação crítica que lhe permita lidar com as questões da diversidade — de etnia, cultura, religião e gênero — e romper o conservadorismo.

O coordenador-geral de Educação Integral no Ministério da Educação, Leandro Fialho, defendeu as metas do PNE, mas destacou desafios para alcançar o objetivo, como a qualificação e a expansão do quadro de professores, além da adequação da infraestrutura das escolas às exigências do ensino integral.

— Precisamos de um PAC para a construção de escolas, pois muito do que existe hoje são “puxadinhos” — avaliou.

Catarina de Almeida Santos, do comitê do Distrito Federal da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, também apoia as metas do PNE e não vê razões para mudá-las. Para ela, as metas fixadas são as mínimas e poderiam até ser superadas. O importante, disse, é centrar esforços para que o PNE seja implantado, o que dependeria de articulação entre os três níveis de governo.

Modelo de ensino está defasado, diz Cristovam

Cristovam Buarque (PPS-DF) afirmou que o debate ontem sobre projeto de adoção de escola em tempo integral é um reflexo do atraso do Brasil. O país, disse, já deveria ter o sistema há muito tempo.

Para o senador, apesar de avanços na área nos últimos governos, ainda há problemas. Muitos estudantes, disse, não conseguem terminar o curso e se formar porque carregam deficiências do ensino básico. Essas falhas precisam ser corrigidas, advertiu:

— Sem ficar seis horas na escola as crianças não aprendem o que é necessário no mundo moderno.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Hélio José, DF deve investir em turismo

Para Hélio José (PMB-DF), o governo do Distrito Federal precisa investir mais em turismo, para minimizar a crise na arrecadação. Ele afirmou que o governo de Rodrigo Rollemberg precisa ter visão e adotar soluções que não prejudiquem a atividade econômica do DF, que registra hoje 250 mil desempregados.

O senador disse que a população tem enfrentado dificuldades em saúde, educação, segurança pública e transporte.

— O setor produtivo está sufocado, não temos emprego, não temos obra, não temos como satisfazer a necessidade que o povo tem de estar empregado, ganhando o seu pão.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Paim comemora Estatuto da Pessoa com Deficiência

Paulo Paim (PT-RS) destacou ontem, em Plenário, a vigência do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que ele considera conquista fundamental.

Para o senador, a vida dessas pessoas muda para melhor por meio de medidas como a aceitação obrigatória de matrícula nas escolas e a adequação do transporte público. O estatuto promove uma revolução na percepção da deficiência, diz:

— Quando falamos em uma nova maneira de perceber o ser humano, falamos na transformação da visão que generaliza e exclui para uma visão que individualiza e humaniza a relação com o próximo.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Flexa anuncia nova siderúrgica em Marabá

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comemorou a assinatura de protocolo de intenções entre o governo do Pará, a Vale e o grupo argelino Cevital, para a construção, em Marabá (PA), de uma siderúrgica, com investimentos de US\$ 2 bilhões. O empreendimento, disse, gerará 2,5 mil empregos.

O senador disse que em 2010 Lula prometeu que em 2013 a Vale implantaria a siderúrgica. O projeto não foi concretizado e a presidente Dilma fez o mesmo anúncio, que, disse, até agora estava só no papel. Flexa destacou o trabalho do governador Simão Jatene para dar andamento ao projeto.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Gurgacz defende reivindicações de pecuaristas de RO

Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu atenção às reivindicações dos pecuaristas de Rondônia, com ênfase para o realinhamento dos preços mínimos para o gado. Segundo o senador, em 2015 o preço do boi gordo caiu no estado e, ao mesmo tempo, a cotação se manteve estável no resto do país.

Gurgacz atribuiu a discrepância à concentração de mercado: ele reiterou denúncia feita em 2012 sobre ação de poucas empresas na definição dos preços.

— Essa questão precisa ser discutida novamente, pois a concentração do mercado se acentuou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Legalização de cassinos e de jogo do bicho vai a Plenário

Proposta aprovada em comissão especial regulamenta também os bingos. Texto determina controle sobre quem pode explorar os jogos: detentores de mandato eletivo, por exemplo, estariam impedidos

AGENDA BRASIL

JOGO DO BICHO, bingos e cassinos podem voltar à legalidade. A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional aprovou ontem substitutivo de Blairo Maggi (PR-MT) a projeto de Ciro Nogueira (PP-PI) que amplia o leque dos jogos de azar permitidos no Brasil.

A proposta (PLS 186/2014) regulamenta a exploração e a fiscalização do jogo do bicho, os bingos e os cassinos — estes últimos, proibidos desde 1946 — e a destinação dos recursos arrecadados.

O texto já havia sido aprovado na comissão em dezembro. Porém, em razão das emendas apresentadas a ele em Plenário, voltou à pauta do colegiado. Agora retorna para votação no Plenário. O relatório foi lido na reunião do dia 2, mas não chegou a ser votado devido a pedido de vista coletiva. Na ocasião, Blairo informou terem sido apresentadas 16 emendas, das quais acatou 5.

Uma delas propõe estender os requisitos de idoneidade a todos os sócios da pessoa jurídica que detenha direitos para exploração de jogos de azar. No substitutivo, o requisito se aplica apenas aos sócios controladores. Outra emenda amplia a proibição de que detentores de mandatos eletivos explorem jogos de azar, passando a abranger também seu cônjuge ou companheiro e parentes em linha reta até o primeiro grau.

O objetivo do projeto, se-



Otto Alencar, presidente da comissão, e Blairo, autor do substitutivo sobre jogo

gundo seu autor, é o aumento das receitas públicas devido à tributação incidente sobre a atividade e à contribuição social a ser criada para incidir especificamente sobre os jogos de azar.

Presídios

Já o PLS 513/2011, que regulamenta a contratação de parcerias público-privadas (PPPs) para construção e administração de presídios, foi retirado de pauta. Lindbergh Farias (PT-RJ) informou que Paulo Paim (PT-RS) apresentou requerimento para que o projeto volte à tramitação normal nas comissões do Senado.

Em audiência na segunda-feira na Comissão de Direitos Humanos (CDH), representantes de movimentos sociais e dos agentes penitenciários criticaram o projeto e cobraram um debate mais profundo sobre a questão.

A proposta é de Vicentinho Alves (PR-TO). A ideia, explica

o senador, não é a de privatizar o sistema prisional, mas sim possibilitar a cogestão dos estabelecimentos penais. O texto proíbe a transferência das funções jurisdicionais e disciplinares, que permaneceriam sob responsabilidade exclusiva do Estado.

Licitações

Por sugestão de Antonio Anastasia (PSDB-MG), a comissão aprovou audiência, em data a ser definida, para debater o PLS 559/2013, que trata de regras para licitações e contratos na administração pública. Devem ser convidados representantes do Ministério do Planejamento, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A comissão especial analisa os projetos da Agenda Brasil — pauta listada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para incentivar a retomada do crescimento econômico.

Minha Casa: avança medida que garante compensação ao FGTS

A comissão mista que analisa a medida provisória com mudanças nas regras de uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em financiamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida aprovou ontem o projeto de lei de conversão apresentado pelo relator, deputado Arnon Bezerra (PTB-CE).

A proposta (PLV 3/2016, resultante da MP 698/2015), segue agora para votação na Câmara dos Deputados.

Depois do pedido de vista da oposição para examinar o relatório, Arnon Bezerra apresentou complementação de voto, mantendo seu relatório inicial, mas detalhando os motivos de rejeição de 14 das 18 emendas sugeridas ao texto, seja por inconstitucionalidade, por inadequação financeira ou por não serem compatíveis com o objeto da MP.

Conforme previa o texto original da medida, a proposta aprovada garante que o FGTS seja compensado pelo Tesouro Nacional no caso de não quitação, pelos beneficiários, das prestações dos imóveis

construídos com recursos do fundo de garantia. Essa compensação será feita por meio do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

A garantia prevista pela MP será feita com uma caução de depósito dos valores recebidos do FGTS, em montante igual ao valor do financiamento para o mutuário. O FAR será responsável também pela cobertura do risco de danos físicos ao imóvel e de risco de morte ou invalidez permanente do beneficiário, como já está previsto na Lei 11.977/2009.

Entre as emendas acolhidas no relatório, estavam duas sugestões de assegurar investimento mínimo dos recursos do programa em cidades com menos de 50 mil habitantes. O relator definiu investimento mínimo de 10%. Outra emenda, do senador Lasier Martins (PDT-RS), dá prioridade a trabalhador de baixa renda que tenha casa arrasada por desastre natural ou condenada pela defesa civil.

A última emenda incluída propõe medidas para evitar fraudes no programa.



Senador Benedito de Lira, que preside a comissão, e Arnon Bezerra (C)

Comissão aprova incorporação de servidores de ex-territórios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição que insere em quadro em extinção do governo federal pessoas que tenham tido vínculo de trabalho com os ex-territórios de Roraima e do Amapá, durante a transformação em estados.

A proposta (PEC 3/2016), de Romero Jucá (PMDB-RR), teve parecer favorável com substitutivo do relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP). A PEC segue para votação no Plenário, que ontem aprovou calendário especial de tramitação.

A exigência para ingresso dessas pessoas no quadro funcional da União é comprovar o vínculo como empregado, servidor público, prestador de serviço ou trabalhador contratado pelos ex-territórios entre outubro de 1988 (ano de promulgação da Constituição) e outubro de 1993 (instalação

dos estados). Valem como documento cópia de contrato, convênio, ato administrativo, ordem de pagamento, recibo, depósito ou nota de empenho.

Promulgada a PEC, a União terá 90 dias para regulamentar o direito de ingresso no quadro em extinção do serviço público federal. Fica proibido o pagamento de retroativo a quem fizer essa opção, mas se resguarda a possibilidade de reclamar eventuais acréscimos remuneratórios caso haja enquadramento e o governo descumpra o prazo de regulamentação.

“É preciso fazer justiça, reconhecer que muitas situações à época retratavam importantes vínculos ou relações de trabalho entre o Estado e o particular”, diz Jucá na justificativa do texto.

O Plenário também aprovou ontem calendário especial de tramitação para a PEC 133/2015, que isenta do IPTU imóveis alugados a templos religiosos.

Renan promete criar no Senado o Observatório da Mulher

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assumiu compromisso de transformar o DataSenado em instituto, possibilitando a criação do Observatório da Mulher. A promessa foi feita na cerimônia de entrega do Relatório Anual de Atividades da Procuradoria da Mulher, ontem.

O observatório foi sugerido por Simone Tebet (PMDB-MS), presidente da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. A senadora propôs a criação de um banco de dados sobre violência contra as mulheres.

De acordo com Renan, apesar de as mulheres ocuparem apenas de 10% das cadeiras do Parlamento, nesta legislatura se registra a maior produtividade e competitividade em toda a história do Legislativo. A exemplo da Procuradoria da Mulher, o observatório, segundo ele, será outro desafio e um compromisso prioritário da Presidência do Senado.

Na apresentação do relatório, a procuradora da Mulher, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), destacou que, apesar de ter apenas três anos de criação, a procuradoria obteve várias conquistas, como o Projeto Pautas Femininas, que tem parceria das bancadas femininas da Câmara e do Senado. Ela também citou o lançamento, em diversos estados, da campanha Mais Mulheres na Política.

— Precisamos mostrar o quanto estamos trabalhando para unificar as mulheres na luta pela democracia — disse Vanessa.

Também participaram as senadoras Simone Tebet, Gleisi Hoffmann (PT-PR), Fátima Bezerra (PT-RN), Regina Sousa (PT-PI) e Ana Amélia (PP-RS), deputadas e Boris Utria, coordenador-geral de Operações do Banco Mundial, parceiro da Procuradoria da Mulher.

(Da Presidência do Senado)

Aprovado diretor para a Agência do Petróleo

Em sabatina na Comissão de Serviços de Infraestrutura, senadores questionaram o indicado sobre projeto que desobriga a Petrobras de explorar todas as jazidas pré-sal

O PLENÁRIO APROVOU ontem a indicação de Aurélio Cesar Nogueira Amaral para diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com 57 votos favoráveis, 6 contrários e 1 abstenção.

O nome de Amaral já havia sido aprovado de manhã, após sabatina, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Durante a reunião, os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Lasier Martins (PDT-RS) perguntaram a opinião do indicado sobre projeto aprovado pelo Senado que desobriga a Petrobras de explorar todas as jazidas do pré-sal. Amaral, no entanto, disse considerar inconveniente manifestar sua posição sobre o assunto.

— Essa é uma definição que esperamos do Congresso.

Presente a reunião, a diretora-geral da ANP, Magda

Chambriard, também foi convidada a se manifestar sobre o tema. Na opinião dela, a Petrobras deve ter o direito de decidir investir ou não em determinados campos:

— Defendemos que a Petrobras deva ter o direito de recusa toda vez que houver uma oportunidade que ela entenda como aquém do seu interesse econômico e não aderente ao seu portfólio.

O texto encaminhado para a Câmara dos Deputados é o substitutivo de Romero Jucá (PMDB-RR) ao PLS 131/2015, de José Serra (PSDB-SP). Ele revoga a participação obrigatória da Petrobras no modelo de partilha de produção de petróleo, utilizado para a exploração da camada pré-sal.

Pela lei atual, a Petrobras deve atuar como operadora única dos campos do pré-sal com participação de, pelo menos, 30%. Além de ser a



Amaral e o presidente da comissão, Garibaldi Alves Filho: elogios à atuação

empresa responsável pela condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção.

Política de preços

Flexa Ribeiro também questionou o indicado sobre a política de preços de combustíveis definida pelo governo por meio da Petrobras. Segundo Amaral, apesar da defasagem internacional, os preços cria-

ram uma oportunidade.

— Há grandes empresas importando diesel e gasolina e, dessa forma, auferindo renda extra. Agora, a definição dos preços, infelizmente, está fora do âmbito de atribuições da ANP.

Vários senadores elogiaram o currículo e a experiência do candidato a diretor da agência. O relator da indicação, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), avaliou que Amaral está “ple-

namente credenciado” para o posto, já tendo trabalhado tanto no setor público quanto no privado.

Experiência

Em 2009, ele assumiu a função de assessor na diretoria da ANP e trabalhou na elaboração do marco regulatório para o setor. Em 2010, passou a exercer o cargo de coordenador-geral do escritório em São Paulo e, em 2011, foi superintendente-adjunto de fiscalização.

Desde 2012, é o superintendente de Abastecimento, responsável por coordenar a regulação do abastecimento nacional de derivados de petróleo e biocombustíveis.

A ANP regula as atividades da indústria de petróleo, gás e biocombustíveis. Vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a agência é responsável pela execução da política nacional para o setor.

Plenário acata indicações para ministros do STJ

O Plenário aprovou ontem as indicações do juiz federal Joel Ilan Paciornick e do desembargador Antonio Saldanha Palheiro para ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os nomes seguem agora para promulgação.

Mais cedo, os dois haviam sido sabatinados e aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na arguição, José Medeiros (PPS-MT) questionou os juristas sobre o aperfeiçoamento do processo de indicação para as cortes superiores. O senador também quis saber se a indicação, feita pela Presidência da República, gera compromissos da parte dos indicados.

Paciornick disse ter disputado o cargo para o STJ por três vezes e assegurou que nunca foi confrontado com proposta de acordo. Já Palheiro considerou o processo “primoroso”, por submeter o indicado à apreciação dos três Poderes da República e também negou qualquer contato fora da “ética e do decoro”.

Sem entrar no mérito da condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) perguntou aos indicados sobre o uso desse instrumento.

Para Palheiro, a condução coercitiva tem que ser algo excepcional, ainda mais se não houver recusa reiterada da intimação para depor.

— A condução coercitiva existe para testemunha ou vítima. Para acusado, vejo com reservas, porque, se o acusado tem o direito de permanecer em silêncio, qual o sentido da condução coercitiva?

Blairo Maggi (PR-MT) e Antonio Anastasia (PSDB-MG) pediram a opinião dos indicados sobre meios alternativos de solução de conflitos.

— O Brasil tem o maior índice de judicialização no mundo. É preciso enfrentar essa questão com mediação, arbitragem e conciliação — disse Paciornick.

Os relatores das indicações de Paciornick e Palheiro, os senadores Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Marcelo Crivella (PRB-RJ), destacaram a conduta ilibada e a capacidade demonstrada por ambos para assumir cargo no STJ.



Paciornick e Palheiro, ao lado do senador José Maranhão (C), na comissão

Dirigente de fundo de pensão pode passar por seleção pública

Integrantes de diretorias executivas de fundos de pensão poderão ser escolhidos em processo seletivo público conduzido por empresas especializadas. Essa é uma das medidas aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ontem, com o objetivo de eliminar a influência político-partidária na indicação de dirigentes desses fundos.

A medida consta do substitutivo do relator, Aécio Neves (PSDB-MG), ao PLS 388/2015 — Complementar, de Paulo Bauer (PSDB-SC).

O substitutivo institui ainda uma série de pré-requisitos para o exercício do cargo de conselheiro de fundo de pensão, como não ter exercido atividades político-partidárias e não ter ocupado cargo em comissão na administração pública nos 24 meses anteriores à nomeação.

Requer também formação superior em pelo menos uma

das áreas de especialização para as quais seja exigida experiência comprovada.

Apesar de ter votado favoravelmente à proposta, José Pimentel (PT-CE) informou que vai tentar derrubar em Plenário pontos do texto, como a instituição de conselheiros independentes.

Prejuízos

No seu parecer, Aécio concluiu que prejuízos impostos a beneficiários de fundos de pensão públicos exigem a revisão imediata da LC 108/2001. Ele e Bauer responsabilizam a “ingerência política” pela escolha de dirigentes e conselheiros “sem o preparo devido e pouco comprometidos com esses organismos”.

O substitutivo caracteriza ainda o exercício abusivo das funções de administração dos fundos. É enquadrada nessa prática ação que traga danos à entidade de previdência e a seus participantes

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Proposta agiliza registro de remédios

Em debate, projeto de Serra recebeu elogios e contribuições de representantes do Ministério da Saúde, da Anvisa e da indústria farmacêutica

A REDUÇÃO DOS prazos para registro de medicamentos é uma cobrança da indústria farmacêutica e um desafio para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Ministério da Saúde, disseram os participantes de debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A audiência discutiu o PLS 727/2015, de José Serra (PSDB-SP), que muda os prazos de concessão de registro de remédios e dá mais transparência à tramitação dos processos.

Os convidados elogiaram o texto e sugeriram emendas, que serão analisadas pelo relator, Waldemir Moka (PMDB-MS). O senador deve apresentar seu relatório em duas semanas.

O registro é a garantia dada pela vigilância sanitária de que um medicamento passou por todas as etapas de pesquisa clínica que permitem afirmar que ele será seguro, eficaz e de qualidade. A Anvisa leva atualmente 632 dias para concluir o registro de um remédio novo, 1.062 dias no caso de genérico e 1.225 para medicamento similar, informou Jarbas Barbosa, presidente da agência. Ele explicou que é um tempo menor que o praticado na Índia e na China e maior que o exigido na Europa e nos Estados Unidos.

— A demora no Brasil é inaceitável, especialmente para os genéricos. Os números são assombrosos. Se encurtarmos esses prazos, aumentamos o atendimento e a concorrência. Ou seja, mais acesso e menor preço — afirmou Serra.

O presidente da Anvisa mostrou aos senadores iniciativas



Clarice Petramale, Jarbas Barbosa, Waldemir Moka e Antônio Britto em audiência na Comissão de Assuntos Sociais

já adotadas. Resolução da agência agilizou o exame de processos de baixo risco para a saúde pública. Eles foram separados de processos mais complexos, que exigem análises mais detalhadas.

— As novas drogas para hepatite C foram aprovadas na Anvisa em período inferior a quatro meses para todo o processo, tempo similar ou inferior ao que levou para registro tanto nos Estados Unidos como na Europa — exemplificou.

Ajustes

Segundo Barbosa, o órgão busca a adoção de normas para ajustar a legislação em vigor, como a Lei 6.360/1976, que fixa em 90 dias o prazo máximo para a conclusão dos registros.

— É um prazo excessivo para alguns processos e impossível de ser cumprido para outros. Não há lugar do mundo em que um medicamento novo, uma molécula inovadora seja

registrada antes de 90 dias. A lei caducou — opinou.

O projeto de Serra prevê 90 dias para registro de medicamentos classificados como urgentes, 120 dias para prioritários e 365 dias para os demais.

Parte do atraso nos registros foi atribuída aos fabricantes de medicamentos, que não apresentam a documentação completa ao dar entrada no pedido, exigindo complementação de informações. Antônio Britto, presidente da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa, reclamou que essas exigências de complementação são feitas “em prestações”, quando deveriam ser feitas de uma só vez. Ele também cobrou mudanças na forma de atuação da Anvisa.

— Já há prazos previstos em regulamentos da agência que foram solenemente descumpridos por excesso de burocracia, muita atenção a detalhes e falta de estrutura — disse Britto.

Para Clarice Petramale, do Ministério da Saúde, as cobranças por liberação de remédios nem sempre são justificadas. São frequentes os casos, disse, em que a população pressiona para ter acesso a um medicamento que sequer tem pedido de registro no país.

Fosfoetanolamina

Também foi comentada aprovação pela Câmara de projeto que autoriza a produção da fosfoetanolamina sintética, substância considerada eficaz no tratamento de diversos tipos de câncer, mas ainda sem estudos para registro na Anvisa. A substância foi desenvolvida pelo Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP), em São Carlos (SP).

— Se houvesse pedido de registro na agência, pelos critérios de prioridade, ele estaria no começo da fila, por se tratar de inovação radical desenvolvida no Brasil — disse Barbosa.

Blairo defende permissão de nova droga contra câncer

A aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto que autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética no tratamento de pacientes com câncer foi comemorada por Blairo Maggi (PR-MT).

O senador destacou que o uso desse medicamento não interfere no direito de acesso a outros tratamentos. E acrescentou que a fosfoetanolamina representa a esperança para muitos pacientes, pois pode ser a cura para vários tipos de câncer.

— Este projeto deve vir da Câmara no decorrer desta semana. Espero que, quando chegar ao Senado, seja aprovado com urgência nas comissões e no Plenário. Esse é o dever que nós temos.

Ivo Cassol pede urgência para debate sobre medicamento

As propostas para a saúde da população também precisam ser votadas com urgência, não apenas as de combate à crise, disse Ivo Cassol (PP-RO). O senador fez um apelo para que os parlamentares deixem as disputas políticas de lado e repensem as prioridades.

Cassol elogiou a Câmara dos Deputados por ter aprovado, na terça-feira, o projeto de lei que libera o uso da fosfoetanolamina sintética para tratamento de pacientes com câncer.

— A substância realmente significa uma esperança às pessoas com a doença.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Agricultores querem adesão de bancos a novo prazo para quitar dívidas

A adesão de instituições financeiras à renegociação de dívidas de agricultores preocupa os representantes do setor que participaram de audiência pública no Congresso. O debate foi realizado na comissão mista da Medida Provisória 707/2015, que dá mais tempo para produtores rurais da Região Nordeste pagarem suas dívidas, considerando a seca que assolou a região entre 2011 e 2015.

A MP suspende até 31 de dezembro de 2016 o envio das operações de crédito em atraso para inscrição em dívida ativa e para cobrança judicial.

— Há histórico farto de medidas e leis de renegociação, mas a efetividade é pequena, principalmente pelo não cumprimento por parte dos agentes financeiros. O agricultor nem sempre tem a compreensão e a condição de chegar ao banco para renegociar suas dívidas — disse o coordenador



Deumar Bueno, Marx Beltrão, Fernando Bezerra, Marcos Rochinski e Mário Borba

da Federação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, Marcos Rochinski.

O representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Paulo Poleze, citou ainda quem sofre com a protelação de processos de adesão e negociação.

— A MP permite a prorrogação dos prazos, mas o agricultor só vê a medida quatro, cinco meses depois, nem sempre

consegue interpretar direito e chega atrasado — afirmou.

O relator, deputado Marx Beltrão (PMDB-AL), informou que 90 emendas foram recebidas pela comissão mista.

— É uma oportunidade de fazer um relatório para atender todos e, principalmente, o agricultor — considerou.

A MP também amplia até 30 de junho de 2016 o prazo para que o BNDES refinance con-

tratos destinados à compra e ao arrendamento de caminhões, carretas, cavalos mecânicos, reboques, carrocerias e sistemas de rastreamento. O prazo anterior expirou em dezembro de 2015. O presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos, Deumar Cunha Bueno, considerou que a proposta atende as reivindicações dos caminhoneiros, com dificuldades em razão da crise, mas disse que instituições financeiras da área privada estão apresentando resistência em fazer refinanciamentos.

Audiências

O presidente da comissão, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), informou que o colegiado fará audiências no Nordeste para debater a MP. A primeira delas será amanhã, em Petrolina (PE). No dia 18, em Fortaleza e, no dia 21, em Arapiraca (AL).

Amorim anuncia sessão especial pelo Dia Mundial do Rim

O Senado faz hoje, às 11h, sessão especial pelo Dia Mundial do Rim, comemorado na segunda quinta-feira de março. O tema deste ano é “Prevenção da doença renal começa na infância”.

Eduardo Amorim (PSC-SE), que é médico, disse que a data chama a atenção de todos para as diversas doenças que afetam o rim, as políticas de prevenção e tratamento, a doação de órgãos, a instalação de centros de diálise e a necessidade de de reajuste do valor pago pelo SUS por hemodiálise.

Segundo ele, 20 milhões de pessoas têm algum tipo de doença renal no Brasil.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Relator pede que ação contra Delcídio avance

Telmário considerou que há indícios para cassação do mandato do senador. Se for aprovado na semana que vem pelo Conselho de Ética, processo irá para decisão do Plenário

O SENADOR TELMÁRIO Mota (PDT-RR) apresentou ontem relatório em que recomenda a continuidade do processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado contra o senador Delcídio do Amaral (PT-MS) por suposta quebra de decoro e abuso das prerrogativas parlamentares.

O relator disse que existem indícios suficientes para a cassação do mandato de Delcídio. Para ele, a suposta delação premiada do senador foi uma confissão de culpa.

— O delator, para mim, tem dois defeitos: primeiro, ele é réu confesso e, depois, é frouxo — afirmou.

Agora todos os senadores do Conselho de Ética receberam o relatório. O presidente do conselho, João Alberto Souza (PMDB-MA), marcou a votação do relatório para a quarta-feira.

Se o Conselho de Ética decidir pela perda de mandato, a medida ainda terá de ser votada no Plenário do Senado.

Delcídio foi preso preven-

tivamente em novembro sob a acusação de tentar atraparalhar a Operação Lava-Jato, que investiga corrupção na Petrobras. O senador apareceu numa gravação de voz oferecendo ajuda para que o ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró fugisse do Brasil e não fizesse delação premiada.

O senador foi libertado no mês passado, mas ainda não reassumiu seu posto no Senado porque pediu uma licença para cuidar da saúde.

Delação

Telmário recomendou que o conselho acolha a representação contra Delcídio (REP 1/2015), que é de autoria da Rede e do PPS.

O relator disse que, após estudar tanto a representação quanto a defesa, encontrou “indícios de que é necessário dar continuidade ao processo”.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) informou que seu partido vai pedir que a delação premiada de Delcídio seja anexada ao processo no



Telmário apresenta relatório, ao lado de João Alberto: “Delator é réu confesso”

Conselho de Ética assim que ela for homologada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

— O diálogo entre o senador Delcídio do Amaral e o senhor Bernardo Cerveró [filho de Nestor Cerveró] é incompatível com o decoro parlamentar. Devido à flagrante quebra de decoro, o senador Delcídio não pode permanecer como membro do Senado Federal — afirmou Randolfe.

Nas 24 páginas do relatório, Telmário rebate os argumentos apresentados por Delcídio. A defesa, explica o relator,

alega que ainda não existem provas concretas contra o senador, que a gravação da conversa de Delcídio do Amaral com Bernardo Cerveró é ilícita e foi obtida sem o conhecimento do parlamentar e que o autor da gravação induziu Delcídio a pronunciar declarações comprometedoras.

“Prejuízo irreparável”

Telmário responde no relatório que o STF “tem o entendimento pacífico de que a gravação ambiental feita por um dos interlocutores

não padece de vício e pode ser utilizada com finalidade probatória”.

A defesa também argumenta que a conversa gravada não ocorreu no desempenho do mandato e que a prisão do senador foi inconstitucional.

Os defensores alegam que Delcídio ainda não foi condenado e que, caso seja cassado pelo Senado e depois inocentado pela Justiça, haveria um “prejuízo irreparável”, pois ele não poderia ser reinvestido no cargo.

Para Telmário, parlamentares exercem seus mandatos 24 horas por dia.

“A atuação de qualquer parlamentar, além de atender os reclamos legislativos do respectivo estado, deve zelar pela imagem do Parlamento”, escreveu o relator.

Por fim, Telmário afirma no relatório que o processo contra Delcídio deve prosseguir e que o simples exame dos diálogos gravados demonstra a existência de indícios de crimes e a quebra de decoro parlamentar.

Depois de encontro com Lula, Renan anuncia reuniões de senadores com FHC e Sarney

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fez um balanço do café da manhã oferecido ontem na residência oficial ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a senadores da base aliada.

Para Renan, os homens públicos precisam buscar uma saída para a crise do país. Por isso, sua intenção é fazer reuniões semelhantes com os ex-presidentes Fernando Henrique

Cardoso e José Sarney.

Questionado sobre informações da imprensa de que a suposta delação premiada do senador Delcídio do Amaral (PT-MS) citaria seu nome, Renan afirmou que o assunto não o preocupa.

— Nunca cometi impropriedades. Tudo que disseram é por ouvir dizer. Não há e não haverá nenhuma prova — disse ele, que garantiu estar dispo-

to a colaborar com as investigações, porque “nenhum homem público está imune a isso”.

Quanto às investigações envolvendo o ex-presidente na Operação Lava-Jato, Renan disse que esse foi o mesmo sentimento expressado por Lula na reunião.

— Na investigação, a diferença está entre os que têm o que dizer e os que não têm o que dizer. Para isso, existe a

Constituição, o processo legal e o Estado democrático de direito. Sendo assim, as investigações precisam avançar — disse.

Renan afirmou que Lula garantiu não ter sido sondado sobre a possibilidade de ocupar um ministério e que não fez nenhum pleito quanto à permanência do PMDB no governo.

— Isso é normal. Em todos os partidos há divisões, no PMDB, no PT, no PSDB.

Ex-presidente reconheceria culpa se aceitasse ministério, afirma Lasier

Lasier Martins (PDT-RS) disse não crer na notícia de que Dilma Rousseff teria convidado Lula



para assumir um ministério só para ele ter foro privilegiado e fugir da Operação Lava-Jato

— Aceitar [um ministério] seria um indisfarçável reconhecimento de culpa — disse.

Lasier citou empresários amigos de Lula que foram punidos por envolvimento no escândalo da Petrobras.

De acordo com Humberto, ação contra Lula é “impeachment preventivo”

“Precisamos de saída para esta crise”, disse anteontem o líder do PT, Humberto Costa (CE). Ele pediu



à oposição que “deixe o confronto de lado” e aceite negociar saídas.

O senador reclamou

que Dilma Rousseff está sendo “vítima de violência política” por parte dos que não aceitam sua vitória e que a violência se estende a Lula, numa tentativa de “impeachment preventivo”.

Para Caiado, Lava-Jato mostra que petista não agiu pelo bem do Brasil

Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou anteontem que Lula usufruiu da máquina estatal em sua defesa e



criou um exército próprio, com integrantes do MST, que agora tentam intimidar a população,

a exemplo dos coletivos venezuelanos. Caiado observou que a investigação da Lava-Jato desmascarou a tese de que Lula é “ético e de que tudo que fez em seu governo foi para o bem do Brasil”.

Investigações têm caráter partidário, diz Fátima

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou anteontem o que chamou de ataques a integrantes do PT. A senadora citou a condução coercitiva de Lula para depoimento à Polícia Federal. Para a senadora, isso foi exagerado e não teve base legal. Ela argumentou que o ex-presidente nunca se negou a colaborar.

— Foi mais uma demonstração da arbitrariedade do juiz Sergio Moro. Já está escancarado o caráter partidário que tem. O alvo é só o PT.



Na avaliação de Malta, juiz Moro age com lisura

Magno Malta (PR-ES) elogiou o Ministério Público e a Polícia Federal pela condução coercitiva do ex-presidente. Reprovou críticas ao juiz Sergio Moro e disse que ele age com lisura.

— Aqui não é a Venezuela, onde o presidente manda e desmanda. Lula não está acima do bem e do mal.

Ele lembrou que a Lava-Jato não começou para investigar o ex-presidente, mas a corrupção na Petrobras, e acabou chegando a Lula.



Aloysio quer povo unido pelo fim do atual governo

A eventual nomeação do ex-presidente Lula como ministro, para protegê-lo de investigações, seria um ato de submissão de Dilma Rousseff, incompatível com a função presidencial, afirmou Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Ele pediu que a sociedade vá para as ruas pedir o fim do atual governo:

— A saída para isso é promovermos, nos marcos da Constituição, o fim deste governo. Saiamos todos às ruas, com paz, para mostrar a nossa força.



Aécio propõe que sociedade saia às ruas no domingo

Na avaliação de Aécio Neves (PSDB-MG), o governo Dilma só se mobiliza para a sua própria sobrevivência. Ele destacou o recrudescimento do radicalismo e da intolerância, das ameaças e das agressões em face dos resultados da Operação Lava-Jato.

— Palavras de ordem não vão calar a consciência da nação. A melhor resposta que daremos será no próximo domingo, estando juntos nas ruas, dizendo um basta a tudo isso.

